

## DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

### 3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA

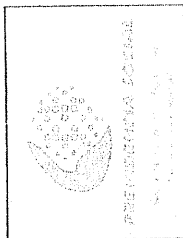
COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%) VARIACÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
07/2007	3.282,70	0,24	46,67	1.532,04	40,50	1.949,97	6.764,71
08/2007		0,47	45,98		40,00		
09/2007		0,18	45,72		39,50		
10/2007		0,30	45,28		39,00		
11/2007		0,38	44,73		38,50		
12/2007		0,74	43,67		38,00		
13/2007		0,74	43,67		38,00		
01/2008		0,54	42,90		37,50		
02/2008		0,49	42,20		37,00		
03/2008		0,46	41,52		36,50		
04/2008		0,55	40,75		36,00		
05/2008		0,79	39,84		35,50		
06/2008		0,74	38,62		35,00		
07/2008		0,53	37,89		34,50		
08/2008	8.238,91	0,28	37,50	3.089,59	34,00	3.851,69	15.180,19
09/2008	8.188,50	0,26	37,15	3.042,03	33,50	3.762,23	14.992,76
10/2008	8.188,50	0,45	36,53	2.991,26	33,00	3.689,32	14.869,08
11/2008	8.188,50	0,36	36,04	2.951,14	32,50	3.620,38	14.760,02
12/2008	16.377,00	0,28	35,66	5.840,04	32,00	7.109,45	29.326,49
13/2008		0,28	35,66		32,00		
01/2009		0,48	35,01		31,50		

21/05/14 09:42 v1.1

Página 2 de 4

Documento Assinado Digitalmente por: JOAO GU ALBERTO COMBE GOMES, SEBASTIAO CORDEIRO DE CARVALHO FILHO  
Acesse em: <http://sctce.ice.pe.gov.br/dpd/validaDoc.seam> Código do documento: d5ebd59c-a657-47cc-ad8c-fab29ebb1f86

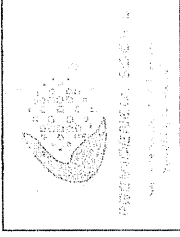




## DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

02/2009	0,55	34,28	31,00		
03/2009	0,20	34,01	30,50		
04/2009	7.820,85	33,37	30,00	3.129,20	13.559,87
05/2009	7.820,85	32,74	29,50	3.062,51	13.443,91
06/2009	8.909,53	32,27	29,00	3.417,55	15.202,19
TOTAL:	77.015,34	27.491,58	33.592,30		138.099,22





## DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

### 4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Belo Jardim / PE - 10.260.222/0001-05

Representante Legal: 430.668.284-68 - João Mendonça Bezerra Jatobá

Data: 19/05/2014

Assinatura:

UNIDADE GESTORA: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim - 05.782.177/0001-00

Representante Legal: 030.631.174-71 - Sílvia Renata Nascimento Bezerra

Data: 19/05/2014

Assinatura:

### TESTEMUNHAS:

Nome: Francielma de Araújo Silva

Cargo: Gerente Administrativo Financeiro

CPF: 058.479.394-80

Nome: Amara Cristina Ramos Alves da Silva

Cargo: Gerente de Benefícios e Previdência

CPF: 085.370.334-56





Documento Assinado Digitalmente por: JOAO GU ALBERTO COMBE GOMES, SEBASTIAO CORDEIRO DE CARVALHO FILHO  
Acesse em: https://stce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam Código do documento: d5ebd59c-4657-47cc-ad8c-fap29ebbf186

## DEVEDOR

Ente Federativo/UF: Belo Jardim/PE  
Endereço: Rua Siqueira Campos, nº 20  
Bairro: Centro  
Telefone: (081) 3726-8711  
E-mail: silviabezerra@hotmail.com  
Representante legal: João Mendonça Bezerra Jatobá  
CPF: 430.668.284-63  
Cargo: Prefeito  
E-mail: silviabezerra@hotmail.com

CNPJ: 10.260.222/0001-05  
CEP: 55150-000  
Fax: (081) 3726-8711

Complemento: Prefeito Municipal  
Data início da gestão: 01/01/2013

## CREDOR

Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim  
Endereço: Rua Quitéria Neves, nº 006  
Bairro: Centro  
Telefone: (081) 3726-6370  
E-mail: silviabezerra@hotmail.com  
Representante legal: Silvia Renata Nascimento Bezerra  
CPF: 030.631.174-71  
Cargo: Gestor  
E-mail: silviabezerra@hotmail.com

CNPJ: 05.782.177/0001-00  
CEP: 55150-010  
Fax: (081) 3726-6370

Complemento: Diretora Presidente  
Data início da gestão: 01/01/2013

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº Lei Municipal nº 2.039 de 28 de agosto de 2013 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo:

### Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Belo Jardim da quantia de R\$ 335.863,90 (trezentos e trinta e cinco mil e oitocentos e sessenta e três reais e noventa e nove centavos) correspondentes aos valores de Contribuição Patronal (240 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2006 a 05/2009, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento de Débitos.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Belo Jardim confessa ser DEVEDOR do montante acima e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e à natureza da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito ao CREP de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

### Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 335.863,90 (trezentos e trinta e cinco mil e oitocentos e sessenta e três reais e noventa e nove centavos), será pago em 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 1.399,43 (um mil e trezentos e noventa e nove reais e quarenta e três centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 1.399,43 (um mil e trezentos e noventa e nove reais e quarenta e três centavos), vencerá em 10/06/2014 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício o valor das parcelas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e inalienável, obrigando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em dívida ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

### Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento da parcela até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação, conforme Lei nº 2.039 de 28/08/2013.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e orçamentário.

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E  
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02085/2013)**



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO GU ALBERTO COMBE GOMES, SEBASTIAO CORDEIRO DE CARVALHO FILHO  
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: d5ebd59c-a657-47c9-ad8c-fab29ebbf186

**Parágrafo segundo** - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais, calculados a 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento, e multa de 0,00% (dois por cento).

**Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM**

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações atualizadas na forma da cláusula terceira;  
a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas, atualizadas na forma da cláusula terceira;  
b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento, atualizadas na forma da legislação do ente.  
A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pelo repasse do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, a qual permanecerá em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

**Cláusula Quinta - DA RESCISÃO**

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações:

- a) a infração de qualquer das cláusulas do termo;
- b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
- c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;
- d) a revogação da Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

**Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE**

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 318 e 319 do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo, em conjunto com a unidade gestora do RPPS.

**Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE**

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários, produzirá efeitos na data de sua publicação.

**Cláusula Oitava - DO FORO**

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e datado e rubricado por duas testemunhas.

Belo Jardim - PE / 19/05/2014

Prefeitura Municipal de Belo Jardim  
João Mendonça Bezerra de Menezes

Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Pernambuco  
Silvia Renata Nascimento

**Testemunhas:**

Francielma Soares de Araújo Silva  
Assistente Técnico  
CPF: 058.479.294-80  
RG: 7.086.843 SDS PE

Aplicação de Impostos e Ações da Silva  
Gestora do Instituto de Previdência  
CPF: 058.479.294-80  
RG: 7.086.843 SDS PE

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E  
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02085/2013)



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO GU ALBERTO COMBE GOMES, SEBASTIAO CORDEIRO DE CARVALHO FILHO  
Acesse em: <https://ctce.ice.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: d5ebd59c-a657-47cc-ad8c-fab29ebb1f86

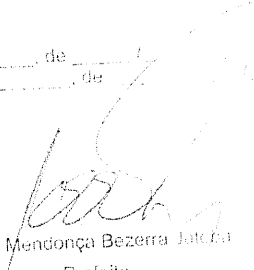
DECLARAÇÃO

João Mendonça Bezerra Jatobá, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 02085/2013, firmado entre o/a Belo Jardim e o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim em 19/05/2014, foi publicado em 19/05/2014 no

(X) mural \_\_\_\_\_ - Edição nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
( ) jornal \_\_\_\_\_ - Edição nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
( ) Diário Oficial do \_\_\_\_\_ - Edição nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Belo Jardim, 19/05/2014

  
João Mendonça Bezerra Jatobá  
Prefeito



## AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

### Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	02085/2013	Data	19/05/2014
Valor consolidado	335.863,90	Valor da prestação inicial	1.399,43
Número prestações	240	Vencimento 1ª prestação	10/06/2014

#### DEVEDOR

Ente Federativo	Belo Jardim/PE	CNPJ	10.260.222/0001-05
Representante Legal	João Mendonça Bezerra Jatobá	CPF	430.668.284-68
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	721-8
		Conta nº	5131-4

#### CREDOR

Unidade Gestora	Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim	CNPJ	05.782.177/0001-00
Representante Legal	Silvia Renata Nascimento Bezerra	CPF	030.631.174-71
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	2169-5
		Conta nº	17665-6

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, declara-se devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários, e declara-se responsável por identificar o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação da Unidade Gestora ao Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:
- 1.1 – das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;
- 1.2 – das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta de débito a ser aberta pelo FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo de parcelamento, observando o seguinte procedimento:
- 2.1 – Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento, o ente federativo deverá, até 10 (dez) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, enviar ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente;
- 2.2 – Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta de débito do FPM, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora;
- 2.3 – Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, o valor restante será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, até o limite do valor debitado na parcela subsequente de crédito do FPM;
- 2.4 – O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 1.1 e 1.2, não será de responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização pelo ente federativo ou o não cumprimento do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas no referido termo de acordo.

4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após a participação e aprovação, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Belo Jardim/PE - 19/05/2014

#### ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO	
UNIDADE GESTORA	
BANCO DO BRASIL (*)	 FERNANDO Antônio T. Oliveira Gerente de Agência Matr. 3.214.300-5

(\*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula)



## DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 10.260.222/0001-05  
Ente: Prefeitura Municipal de Belo Jardim / PE  
Título: PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS - FUNDO FINANCEIRO - NAF Nº 111/2011  
Lei autorizativa do parcelamento: Lei Municipal nº 2.039 de 28 de agosto de 2013

Data de consolidação do Termo: 19/05/2014  
Data de assinatura do Termo: 19/05/2014  
Data de vencimento da 1ª: 10/06/2014

### 2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição Patronal (240 meses) Quantidade de Parcelas: 240

Competência: Inicial: 01/2006 Final: 05/2030

Diferença apurada: 163.188,01 Diferença apurada atualizada: 335.863,90

Valor da parcela na data de consolidação: 1.399,43

Critérios de atualização para consolidação do débito:

Índice: IPCA

Taxa de juros: 0,50 an

Tipo de juros: Simples

Multa:

Taxa de juros: 0,50 an

Tipo de juros: Simples

Taxa de juros: 0,50 an

Tipo de juros: Simples

Taxa de juros: 0,50 an

Tipo de juros: Simples

Taxa de juros: 0,50 an

Tipo de juros: Simples

Taxa de juros: 0,50 an

Tipo de juros: Simples

Taxa de juros: 0,50 an

Tipo de juros: Simples

Taxa de juros: 0,50 an

Tipo de juros: Simples

Taxa de juros: 0,50 an

Tipo de juros: Simples

Taxa de juros: 0,50 an

Tipo de juros: Simples

Taxa de juros: 0,50 an

Tipo de juros: Simples

Taxa de juros: 0,50 an

Tipo de juros: Simples

Taxa de juros: 0,50 an

Tipo de juros: Simples

Taxa de juros: 0,50 an

Tipo de juros: Simples

Taxa de juros: 0,50 an

Tipo de juros: Simples

Taxa de juros: 0,50 an

Tipo de juros: Simples

Taxa de juros: 0,50 an

Tipo de juros: Simples





## DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA	COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%) VARIACÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
	01/2006	-178,98	0,39	53,88	-96,43	49,50	-136,33	-411,74
	02/2006	-219,99	0,41	53,25	-117,14	49,00	-165,19	-502,32
	03/2006	-219,99	0,42	52,50	-115,71	48,50	-162,81	-498,51
	04/2006	475,40	0,21	52,28	248,59	48,00	347,56	1.071,64
	05/2006	-208,93	0,10	52,12	-108,89	47,50	-150,96	-468,78
	06/2006	-170,95	-0,21	52,44	-93,84	47,00	-128,21	-401,00
	07/2006	-175,02	0,19	52,16	-91,29	46,50	-123,83	-390,14
	08/2006	-178,98	0,05	52,08	-93,21	46,00	-125,21	-397,40
	09/2006	-183,80	0,21	51,76	-95,13	45,50	-126,91	-405,84
	10/2006	-183,80	0,21	51,76	-95,13	45,50	-126,91	-405,84
	11/2006	-183,80	0,21	51,76	-95,13	45,50	-126,91	-405,84
	12/2006	-183,80	0,21	51,76	-95,13	45,50	-126,91	-405,84
	01/2007	-183,80	0,21	51,76	-95,13	45,50	-126,91	-405,84
	02/2007	-183,80	0,21	51,76	-95,13	45,50	-126,91	-405,84
	03/2007	-183,80	0,21	51,76	-95,13	45,50	-126,91	-405,84
	04/2007	-183,80	0,21	51,76	-95,13	45,50	-126,91	-405,84
	05/2007	-183,80	0,21	51,76	-95,13	45,50	-126,91	-405,84
	06/2007	-183,80	0,21	51,76	-95,13	45,50	-126,91	-405,84
	07/2007	-183,80	0,21	51,76	-95,13	45,50	-126,91	-405,84
	08/2007	-183,80	0,21	51,76	-95,13	45,50	-126,91	-405,84





DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

09/2007	-21.133,35	0,18	45,72	-9.682,17	39,50	-12.164,23	-42.959,75
10/2007	-21.309,04	0,30	45,28	-9.648,73	39,00	-12.073,53	-43.031,30
11/2007	-21.552,40	0,38	44,73	-9.640,39	38,50	-12.009,22	-43.202,01
12/2007	-21.107,99	0,74	43,67	-9.217,65	38,00	-11.523,82	-41.849,65
13/2007	-1.437,86	0,74	43,67	-627,92	38,00	-785,00	-2.850,80
01/2008	22.141,26	0,54	42,90	9.488,61	37,50	11.864,96	43.504,85
02/2008	-21.306,42	0,49	42,20	-8.992,16	37,00	-11.211,22	-41.511,81
03/2008	-22.442,65	0,48	41,52	-9.318,19	36,50	-11.592,71	-43.353,55
04/2008	-15.049,57	0,55	40,75	-6.116,52	36,00	-7.605,50	-28.731,89
05/2008	22.660,07	0,79	39,64	9.061,73	35,50	-11.932,24	-43.254,04
06/2008	-21.147,91	0,74	38,62	-9.282,95	35,00	-10.405,59	-40.135,85
07/2008	1.971,14	0,25	38,00	3.000,00	34,50	-1.408,86	-2.408,86
08/2008	1.971,14	0,25	38,00	3.000,00	34,50	-1.408,86	-2.408,86
09/2008	1.971,14	0,25	38,00	3.000,00	34,50	-1.408,86	-2.408,86
10/2008	1.971,14	0,25	38,00	3.000,00	34,50	-1.408,86	-2.408,86
11/2008	1.971,14	0,25	38,00	3.000,00	34,50	-1.408,86	-2.408,86
12/2008	1.971,14	0,25	38,00	3.000,00	34,50	-1.408,86	-2.408,86
01/2009	13.211,24	0,48	35,01	4.625,26	31,50	5.616,50	23.455,00
02/2009	19.831,22	0,55	34,28	6.798,14	31,00	8.255,10	34.884,46
03/2009	19.796,78	0,20	34,01	6.732,88	30,50	8.091,55	34.621,21
04/2009	12.701,57	0,48	33,37	4.238,51	30,00	5.082,02	22.022,10
05/2009	23.800,45	0,47	32,74	7.792,27	29,50	9.319,85	40.912,57
TOTAL:	153.188,01			75.138,80		97.537,09	335.863,90



## DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

### 4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Belo Jardim / PE - 10.260.222/0001-05

Representante Legal: 430.688-284-03 - João Mendonça Bezerra Jatoba

UNIDADE GESTORA: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim - 05.782.177/0001-00

Representante Legal: 030.631.174-71 - Silvia Runata Nascimento Bezerra

### TESTEMUNHAS:

Nome: Francilma Soares da Assunção Silva

Cargo: Assistente Técnico

CPE: 000.000.000-00

Nome: Amara Cristina Ramos Alves da Silva

Cargo: Gerente de Benefícios e Previdência

CPE: 000.000.000-00

Data: 19/05/2014

Assinatura:

Data: 19/05/2014

Assinatura:

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E  
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02086/2013)



**DEVEDOR**

Ente Federativo/UF: Belo Jardim/PE  
Endereço: Rua Siqueira Campos, nº 20  
Bairro: Centro  
Telefone: (081) 3726-8711  
E-mail: igualberto@cespam.com.br  
Representante legal: João Mendonça Bezerra Jatobá  
CPF: 430.668.284-68  
Cargo: Prefeito  
E-mail: igualberto@cespam.com.br

CNPJ: 10.260.222/0001-05  
CEP: 55150-000  
Fax: (081) 3726-8711

Complemento: Prefeito Municipal  
Data início da gestão: 01/01/2013

**CREDOR**

Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim  
Endereço: Rua Outéria Neves, nº 006  
Bairro: Centro  
Telefone: (081) 3726-6370  
E-mail: igualberto@cespam.com.br  
Representante legal: Sílvia Renata Nascimento Bezerra  
CPF: 030.631.174-71  
Cargo: Gestor  
E-mail: igualberto@cespam.com.br

CNPJ: 05.782.177/0001-00  
CEP: 55150-010  
Fax: (081) 3726-6370

Complemento: Diretora Presidente  
Data início da gestão: 01/01/2013

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei Municipal nº 2.039 de 28 de agosto de 2013 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo:

**Cláusula Primeira - DO OBJETO**

O Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Belo Jardim da quantia de R\$ 867.541,35 (oitocentos e sessenta e sete mil e quinhentos e quarenta e um reais e trinta e cinco centavos), correspondente aos valores da Contribuição dos Segurados devidos e não repassados ao regime próprio de previdência social dos servidores públicos, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento ora Municípios de Belo Jardim confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar a qualquer tempo a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

**Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO**

O montante de R\$ 867.541,35 (oitocentos e sessenta e sete mil e quinhentos e quarenta e um reais e trinta e cinco centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 14.459,02 (quatorze mil e quatrocentos e cinquenta e nove reais e dois centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 14.459,02 (quatorze mil e quatrocentos e cinquenta e nove reais e dois centavos), vencerá em 10/10/2013 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

**Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES**

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua atualização o índice dos juros legais de 50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei nº 2.038 de 28/08/2013.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua atualização o índice dos juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO GUALBERTO COMBE GOMES, SEBASTIAO CORDEIRO DE CARVALHO FILHO  
Acesse em: <https://www.pe.gov.br/portal-tribunal-do-estado-do-piaui/doc/seam/Codigo-do-documento:d5eb159c-a657-47c0-a4d8c-fab29ebbf186>

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E  
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02086/2013)**

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

**Cláusula Quarta - DA RETENÇÃO**

O DEVEDOR autoriza que seja efetuada automaticamente a retenção no Fundo de Participação dos Municípios - FPM e o repasse ao CREDOR, Agência 721-8, Conta 5131-4, do Banco 001, do valor das parcelas estabelecidas na Cláusula Segunda, atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

**Cláusula Quinta - DA RESCISÃO**

Constitui-se em motivos para rescisão deste acordo, que ocorrerá independentemente de qualquer intimação, notificação ou interposição judicial extrajudicial:

- a) a infração de qualquer das cláusulas deste instrumento;
- b) a falta de pagamento de duas parcelas consecutivas ou não, ou a falta de recolhimento de qualquer das contribuições mensais correntes;
- c) a falta de recolhimento de quaisquer contribuições correntes mensais, incidente sobre a remuneração dos servidores efetivos.

A rescisão do presente acordo por descumprimento de quaisquer das cláusulas servirá para inscrição do débito em Dívida Ativa, no todo ou em parte.

A rescisão deste acordo implicará na atualização monetária sobre o saldo devedor de acordo com o caput da Cláusula Terceira até o mês da inscrição da dívida, sujeitando-se o DEVEDOR a sua cobrança judicial e ao pagamento de honorários advocatícios.

**Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE**

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em novação da transação, configurando ainda confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 342, 352 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

**Cláusula Setima - DA PUBLICIDADE**

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

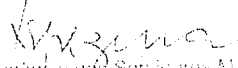
**Cláusula Oitava - DO FORO**

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

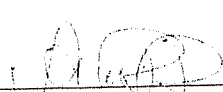
Belo Jardim - PE / 04/09/2013

Prefeitura Municipal de Belo Jardim  
João Mendonça Bezerra Jatoba

  
Instituto do Previdenciário dos Servidores Municipais de Belo Jardim  
Silvana Nascimento Bezerra

Testemunhas:

  
Francielma de Araújo Silva  
Assistente Técnico  
CPF: 058.479.294-80  
RG: 7.086.843 SDS PE

  
Amara Cristina Ramos Alves da Silva  
Gerente de Benefícios e Previdência  
CPF: 085.370.534-56  
RG: 7.742.181 SDS PE



**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E  
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02086/2013)**

**DECLARAÇÃO**

João Mendonça Bezerra Jatobá, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 02086/2013, firmado entre o(a) Belo Jardim e o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim em 04/09/2013, foi publicado em 04/09/2013 no

(X) mural  
( ) jornal  
( ) Diário Oficial do

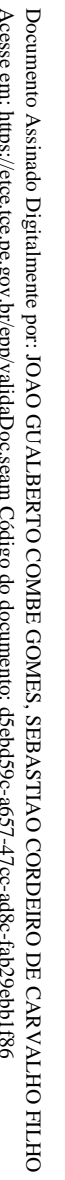
- Edição nº  
- Edição nº

de

Por ser expressão da verdade, firmo a presente

Belo Jardim, 04/09/2013

João Mendonça Bezerra Jatobá  
Prefeito



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO GU ALBERTO COMBE GOMES, SEBASTIAO CORDEIRO DE CARVALHO FILHO  
 Acesso em: <https://etce.te.eov.br/emp/validaDoc.seam> Código do documento: d5b0d59c-a057-47cc-a08c-fa0299ebb1186

Pagina 1 di 1

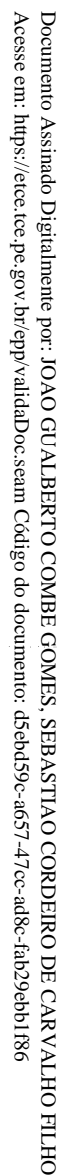
[illegible]



9 ago 2016

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP						
3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA	COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%)	VARIAÇÃO(%)	ATUALIZAÇÃO JUROS PERC.(%)	JUROS
						1.558,47
	07/2017	3,26	0,24	35,25	36,57	
	08/2017		0,47	38,00	38,00	
	09/2017		0,74	39,36	40,41	
	10/2017		0,95	40,92	41,87	
	11/2017		1,08	41,43	44,50	
	12/2017		0,22	39,40	39,03	
	01/2018		0,14	39,40	40,34	
	02/2018		0,46	38,67	33,76	
	03/2018		0,46	35,87	32,71	
	04/2018		0,47	34,01	30,79	
	05/2018		0,47	33,40	30,33	
	06/2018		0,47	32,06	30,33	
	07/2018		0,44	30,12	29,77	
	08/2018		0,44	28,82	29,77	
	09/2018		0,43	28,01	29,77	
	10/2018		0,42	26,94	29,77	
	11/2018		0,42	26,01	29,77	
	12/2018		0,42	24,97	29,77	
	01/2019		0,42	24,00	29,77	
	02/2019		0,42	23,00	29,77	
	03/2019		0,42	22,00	29,77	
	04/2019		0,42	21,00	29,77	
	05/2019		0,42	20,00	29,77	
	06/2019		0,42	19,00	29,77	
	07/2019		0,42	18,00	29,77	
	08/2019		0,42	17,00	29,77	
	09/2019		0,42	16,00	29,77	
	10/2019		0,42	15,00	29,77	
	11/2019		0,42	14,00	29,77	
	12/2019		0,42	13,00	29,77	
	01/2020		0,42	12,00	29,77	
	02/2020		0,42	11,00	29,77	
	03/2020		0,42	10,00	29,77	
	04/2020		0,42	9,00	29,77	
	05/2020		0,42	8,00	29,77	
	06/2020		0,42	7,00	29,77	
	07/2020		0,42	6,00	29,77	
	08/2020		0,42	5,00	29,77	
	09/2020		0,42	4,00	29,77	
	10/2020		0,42	3,00	29,77	
	11/2020		0,42	2,00	29,77	
	12/2020		0,42	1,00	29,77	
	01/2021		0,42	0,00	29,77	
	02/2021		0,42	0,00	29,77	
	03/2021		0,42	0,00	29,77	
	04/2021		0,42	0,00	29,77	
	05/2021		0,42	0,00	29,77	
	06/2021		0,42	0,00	29,77	
	07/2021		0,42	0,00	29,77	
	08/2021		0,42	0,00	29,77	
	09/2021		0,42	0,00	29,77	
	10/2021		0,42	0,00	29,77	
	11/2021		0,42	0,00	29,77	
	12/2021		0,42	0,00	29,77	
	01/2022		0,42	0,00	29,77	
	02/2022		0,42	0,00	29,77	
	03/2022		0,42	0,00	29,77	
	04/2022		0,42	0,00	29,77	
	05/2022		0,42	0,00	29,77	
	06/2022		0,42	0,00	29,77	
	07/2022		0,42	0,00	29,77	
	08/2022		0,42	0,00	29,77	
	09/2022		0,42	0,00	29,77	
	10/2022		0,42	0,00	29,77	
	11/2022		0,42	0,00	29,77	
	12/2022		0,42	0,00	29,77	
	01/2023		0,42	0,00	29,77	
	02/2023		0,42	0,00	29,77	
	03/2023		0,42	0,00	29,77	
	04/2023		0,42	0,00	29,77	
	05/2023		0,42	0,00	29,77	
	06/2023		0,42	0,00	29,77	
	07/2023		0,42	0,00	29,77	
	08/2023		0,42	0,00	29,77	
	09/2023		0,42	0,00	29,77	
	10/2023		0,42	0,00	29,77	
	11/2023		0,42	0,00	29,77	
	12/2023		0,42	0,00	29,77	
	01/2024		0,42	0,00	29,77	
	02/2024		0,42	0,00	29,77	
	03/2024		0,42	0,00	29,77	
	04/2024		0,42	0,00	29,77	
	05/2024		0,42	0,00	29,77	
	06/2024		0,42	0,00	29,77	
	07/2024		0,42	0,00	29,77	
	08/2024		0,42	0,00	29,77	
	09/2024		0,42	0,00	29,77	
	10/2024		0,42	0,00	29,77	
	11/2024		0,42	0,00	29,77	
	12/2024		0,42	0,00	29,77	
	01/2025		0,42	0,00	29,77	
	02/2025		0,42	0,00	29,77	
	03/2025		0,42	0,00	29,77	
	04/2025		0,42	0,00	29,77	
	05/2025		0,42	0,00	29,77	
	06/2025		0,42	0,00	29,77	
	07/2025		0,42	0,00	29,77	
	08/2025		0,42	0,00	29,77	
	09/2025		0,42	0,00	29,77	
	10/2025		0,42	0,00	29,77	
	11/2025		0,42	0,00	29,77	
	12/2025		0,42	0,00	29,77	
	01/2026		0,42	0,00	29,77	
	02/2026		0,42	0,00	29,77	
	03/2026		0,42	0,00	29,77	
	04/2026		0,42	0,00	29,77	
	05/2026		0,42	0,00	29,77	
	06/2026		0,42	0,00	29,77	
	07/2026		0,42	0,00	29,77	
	08/2026		0,42	0,00	29,77	
	09/2026		0,42	0,00	29,77	
	10/2026		0,42	0,00	29,77	
	11/2026		0,42	0,00	29,77	
	12/2026		0,42	0,00	29,77	
	01/2027		0,42	0,00	29,77	
	02/2027		0,42	0,00	29,77	
	03/2027		0,42	0,00	29,77	
	04/2027		0,42	0,00	29,77	
	05/2027		0,42	0,00	29,77	
	06/2027		0,42	0,00	29,77	
	07/2027		0,42	0,00	29,77	
	08/2027		0,42	0,00	29,77	
	09/2027		0,42	0,00	29,77	
	10/2027		0,42	0,00	29,77	
	11/2027		0,42	0,00	29,77	
	12/2027		0,42	0,00	29,77	
	01/2028		0,42	0,00	29,77	
	02/2028		0,42	0,00	29,77	
	03/2028		0,42	0,00	29,77	
	04/2028		0,42	0,00	29,77	
	05/2028		0,42	0,00	29,77	
	06/2028		0,42	0,00	29,77	
	07/2028		0,42	0,00	29,77	
	08/2028		0,42	0,00	29,77	
	09/2028		0,42	0,00	29,77	
	10/2028		0,42	0,00	29,77	
	11/2028		0,42	0,00	29,77	
	12/2028		0,42	0,00	29,77	
	01/2029		0,42	0,00	29,77	
	02/2029		0,42	0,00	29,77	
	03/2029		0,42	0,00	29,77	
	04/2029		0,42	0,00	29,77	
	05/2029		0,42	0,00	29,77	
	06/2029		0,42	0,00	29,77	
	07/2029		0,42	0,00	29,77	
	08/2029		0,42	0,00	29,77	
	09/2029		0,42	0,00	29,77	
	10/2029		0,42	0,00	29,77	
	11/2029		0,42	0,00	29,77	
	12/2029		0,42	0,00	29,77	
	01/2030		0,42	0,00	29,77	
	02/2030		0,42	0,00	29,77	
	03/2030		0,42	0,00	29,77	
	04/2030		0,42	0,00	29,77	
	05/2030		0,42	0,00	29,77	
	06/2030		0,42	0,00	29,77	
	07/2030		0,42	0,00	29,77	
	08/2030		0,42	0,00	29,77	
	09/2030		0,42	0,00	29,77	
	10/2030		0,42	0,00	29,77	
	11/2030		0,42	0,00	29,77	
	12/2030		0,42	0,00	29,77	
	01/2031		0,42	0,00	29,77	
	02/2031		0,42	0,00	29,77	
	03/2031		0,42	0,00	29,77	
	04/2031		0,42	0,00	29,77	
	05/2031		0,42	0,00	29,77	
	06/2031		0,42	0,00	29,77	
	07/2031		0,42	0,00	29,77	
	08/2031		0,42	0,00	29,77	
	09/2031		0,42	0,00	29,77	
	10/2031		0,42	0,00	29,77	
	11/2031		0,42	0,00	29,77	
	12/2031		0,42	0,00	29,77	
	01/2032		0,42	0,00	29,77	
	02/2032		0,42	0,00	29,77	
	03/2032		0,42	0,00	29,77	
	04/2032		0,42	0,00	29,77	
	05/2032		0,42	0,00	29,77	
	06/2032		0,42	0,00	29,77	
	07/2032		0,42	0,00	29,77	
	08/2032		0,42	0,00	29,77	
	09/2032		0,42	0,00	29,77	
	10/2032		0,42	0,00	29,77	
	11/2032		0,42	0,00	29,77	
	12/2032		0,42	0,00	29,77	
	01/2033		0,42	0,00	29,77	
	02/2033		0,42	0,00	29,77	
	03/2033		0,42	0,00	29,77	
	04/2033		0,42	0,00	29,77	
	05/2033	</				

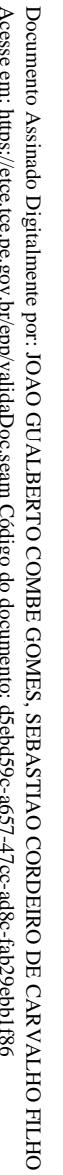




Pagina 3 de 5

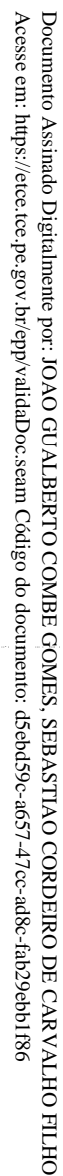
See also

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP				
0,52,1547	0,55	27,48	17,56	
0,14,2107	0,20	27,23	16,56	
594,2107	0,48	26,62	26,00	2.572,72
755,2107	0,47	26,05	25,53	2.513,44
8,59,9,53	0,49	25,58	25,05	2.597,15
	0,20	25,28	24,80	
	0,15	24,85	24,40	
	0,14	24,75	24,30	
	0,25	24,46	23,99	
	0,47	23,93	23,50	
	0,17	23,27	22,86	
	0,27	22,47	22,00	
	0,25	22,56	21,93	
	0,19	21,93	21,35	
	0,20	21,98	21,36	
	0,17	20,19	20,75	
	0,17	19,96	19,49	
	0,15	19,78	19,30	
	0,17	19,22	18,98	
	0,17	18,77	18,45	
	0,15	18,70	18,33	
	0,17	18,24	17,90	
	0,15	17,92	17,50	
	0,15	17,55	17,15	
				12.677,48
				12.370,06
				13.985,74



908061

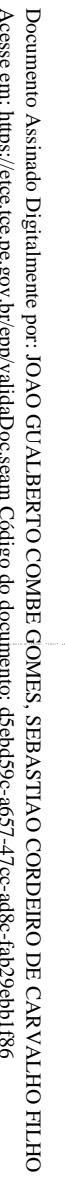
INFORME DE LA AUDITORIA		DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP	
PERIODO	VALOR	VALOR	VALOR
192000	16,59	16,59	16,59
01/2011	1,41	15,83	15,83
02/2011	0,80	14,71	15,83
03/2011	1,79	13,57	14,59
04/2011	0,77	12,94	13,55
05/2011	3,11	12,37	13,80
06/2011	1,15	12,03	12,43
07/2011	79	11,78	12,93
08/2011	1,19	11,59	11,46
09/2011	1,10	11,56	11,55
10/2011	1,45	10,55	11,53
11/2011	1,57	10,57	10,50
12/2011	59	9,11	214,145
01/2012	36405,78	2,506,36	2,897,20
02/2012	1495,11	2,636,47	3,016,54
03/2012	4490,56	3,27	3,607,45
04/2012	17,443,55	2,327,11	7,936,44
05/2012	27,176,79	5,74	2,941,53
06/2012	15,400,80	1,38	3,422,86
07/2012	37,847,11	1,39	3,250,24
08/2012	34,131,40	1,34	3,114,71
09/2012	1,320,40	1,34	3,00
10/2012	1,320,40	1,34	3,00
11/2012	1,320,40	1,34	3,00
12/2012	1,320,40	1,34	3,00
01/2013	1,320,40	1,34	3,00
02/2013	1,320,40	1,34	3,00
03/2013	1,320,40	1,34	3,00
04/2013	1,320,40	1,34	3,00
05/2013	1,320,40	1,34	3,00
06/2013	1,320,40	1,34	3,00
07/2013	1,320,40	1,34	3,00
08/2013	1,320,40	1,34	3,00
09/2013	1,320,40	1,34	3,00
10/2013	1,320,40	1,34	3,00
11/2013	1,320,40	1,34	3,00
12/2013	1,320,40	1,34	3,00
01/2014	1,320,40	1,34	3,00
02/2014	1,320,40	1,34	3,00
03/2014	1,320,40	1,34	3,00
04/2014	1,320,40	1,34	3,00
05/2014	1,320,40	1,34	3,00
06/2014	1,320,40	1,34	3,00
07/2014	1,320,40	1,34	3,00
08/2014	1,320,40	1,34	3,00
09/2014	1,320,40	1,34	3,00
10/2014	1,320,40	1,34	3,00
11/2014	1,320,40	1,34	3,00
12/2014	1,320,40	1,34	3,00
01/2015	1,320,40	1,34	3,00
02/2015	1,320,40	1,34	3,00
03/2015	1,320,40	1,34	3,00
04/2015	1,320,40	1,34	3,00
05/2015	1,320,40	1,34	3,00
06/2015	1,320,40	1,34	3,00
07/2015	1,320,40	1,34	3,00
08/2015	1,320,40	1,34	3,00
09/2015	1,320,40	1,34	3,00
10/2015	1,320,40	1,34	3,00
11/2015	1,320,40	1,34	3,00
12/2015	1,320,40	1,34	3,00
01/2016	1,320,40	1,34	3,00
02/2016	1,320,40	1,34	3,00
03/2016	1,320,40	1,34	3,00
04/2016	1,320,40	1,34	3,00
05/2016	1,320,40	1,34	3,00
06/2016	1,320,40	1,34	3,00
07/2016	1,320,40	1,34	3,00
08/2016	1,320,40	1,34	3,00
09/2016	1,320,40	1,34	3,00
10/2016	1,320,40	1,34	3,00
11/2016	1,320,40	1,34	3,00
12/2016	1,320,40	1,34	3,00
01/2017	1,320,40	1	



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO GU ALBERTO COMBE GOMES, SEBASTIAO CORDEIRO DE CARVALHO FILHO  
Acesse em: <https://eicetce.pgv.br/cpp/validaDoc.seam> Código do documento: d5ebd59c-a657-47cc-ad8c-fab29ebb186

2003 CHS

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP					
	12/2017	01/2018	02/2018	03/2018	04/2018
12/2017	98.827,56				
01/2018	4.375,32				
02/2018	52.977,43				
03/2018	607.541,35				
TOTAL					



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP	
<p>4. ASSINATURAS</p> <p>ENTE: <u>Associação Municipal de Fomento Turístico - AMFT - ZAROLÉ - RJ</u></p> <p>Representante Legal: <u>[Assinatura]</u> Data: <u>10/03/2015</u> Assinatura: <u>[Assinatura]</u></p> <p>UNIDADE GESTORA: <u>Associação Municipal de Fomento Turístico - AMFT - ZAROLÉ - RJ</u></p> <p>Representante Legal: <u>[Assinatura]</u> Data: <u>10/03/2015</u> Assinatura: <u>[Assinatura]</u></p> <p>TESTEMUNHAS</p> <p>Nome: <u>[Assinatura]</u> Cargo: <u>[Assinatura]</u></p> <p>Nome: <u>[Assinatura]</u> Cargo: <u>[Assinatura]</u></p> <p>CPF: <u>[Assinatura]</u> CPF: <u>[Assinatura]</u></p>	



AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM			
Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários			
Acordo CADPREV nº	2086	Data	04/09/2013
Valor consolidado	R\$ 867.541,35	Valor da prestação inicial	R\$ 14.459,02
Número prestações	60	Vencimento 1ª prestação	10/10/2013
<b>DEVEDOR</b>			
Ente Federativo	Preeitura Municipal	CNPJ	10.260.222/0001-05
Representante Legal	João Mendonça Bezerra Latoba	CPE	430.662.284 - 68
Conta para débito	FPM	Agência nº	721 - 8
		Conta nº	5131 - 4
<b>CREDOR</b>			
Unidade Gestora	Instituto de Previdência dos Municípios de Belo Jardim	CNPJ	05.782.177/0001 - 00
Representante Legal	Silvia Renata Nascimento Bezerra	CPE	030.631.174 - 71
Conta para crédito	Conta Movimento Fundo Previdenciário	Agência nº	7169 - 5
		Conta nº	17.754 - 7

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, identifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:
  - 1.1 - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;
  - 1.2 - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.
2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:
  - 2.1 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação de acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.
  - 2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.
  - 2.3 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2 e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.
  - 2.4 - O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.
3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.
4. Esta autorização constitui parte integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

BELO JARDIM, 04 DE SETEMBRO DE 2013

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO

UNIDADE GESTORA

BANCO DO BRASIL

FERNANDO ASSUNÇÃO LOPES



**BELO JARDIM**  
PREFEITURA MUNICIPAL  
NOVOS DIAS, NOVOS TEMPOS.

Avenida Siqueira Campos, nº 220. Centro,  
Belo Jardim - PE. CEP: 55.150-005  
Tel: (81) 3726-8711 | CNPJ: 10.260.222/0001-05



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO GU ALBERTO COMBE GOMES, SEBASTIAO CORDEIRO DE CARVALHO FILHO  
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: d5ebd59c-a657-47cc-ad8c-fab29e9bb1f86

## LEI Nº 2039/2013 , 28 de Agosto de 2013

**Ementa:** Altera os dispositivos da Lei Municipal n.º 1.601, de 30 de abril de 2004.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO BELO JARDIM**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

**Art. 1.º** - O artigo 21 da Lei Municipal n.º 1.601 de 30 de abril de 2004, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 21. Fica autorizado o parcelamento e/ou reparcelamento dos débitos do Município de Belo Jardim - PE com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, gerido pelo Belo Jardim Prev, relativos a competências até fevereiro de 2013, observado o disposto no artigo 5º-A da Portaria MPS nº 402/2008, na redação das Portarias MPS nº 21/2013 e nº 307/2013."

I - os débitos oriundos de contribuições previdenciárias devidas e não repassadas pelo Município (patronal), em até 240 (duzentas e quarenta) prestações mensais, iguais e consecutivas;

II - os débitos oriundos de contribuições previdenciárias descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas;

III - os débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas.

§ 1º Para apuração do montante devido os valores originais serão atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento ou reparcelamento, com dispensa da multa.

§ 2º. As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data de



consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento ou reparcelamento até o mês do pagamento.

§ 3º. As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 2,00% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.

§ 4º. Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento ou reparcelamento, não pagas no seu vencimento.

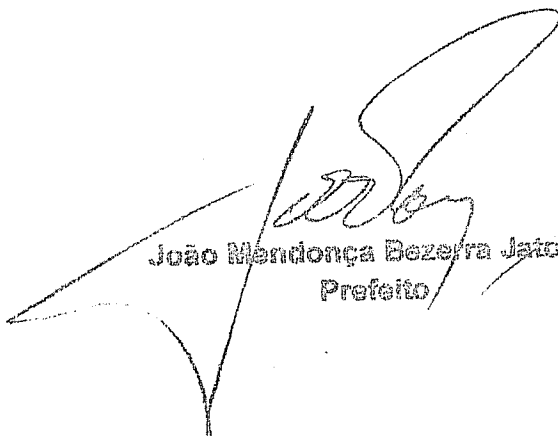
§ 5º. A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento ou reparcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

§ 6º - Ficam constituídos como reservas os valores não utilizados do percentual da taxa de administração do Regime Próprio de Previdência de Belo Jardim dos exercícios anteriores, conforme art. 41, III, da Orientação Normativa MPS/SPS Nº 02/09.

§ 7º. O parcelamento que trata esse artigo deverá ser pactuado no prazo máximo de até 120 (cento e vinte) dias.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições da Lei nº 2.023/2013, de 30 de abril de 2013.

Gabinete do Prefeito do Município de Belo Jardim/PE, em 28 de Agosto de 2013.

  
João Mendonça Bezerra Jatobá  
Prefeito



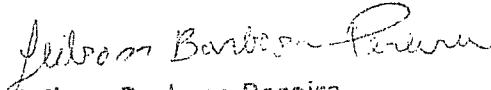
**BELO JARDIM**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**  
NOVOS DIAS, NOVOS TEMPOS.

Avenida Siqueira Campos, nº 220. Centro,  
Belo Jardim - PE. CEP: 55.150-005  
Tel: (81) 3726-8711 | CNPJ: 10.260.222/0001-05

### CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico para os devidos fins de Publicação Oficial do Município, com base no art. 97, inciso I, alínea "b" da Constituição do Estado de Pernambuco, que foi publicado no quadro de avisos da Prefeitura do Belo Jardim, a Lei Municipal nº 2.039 de 28 de agosto de 2013, altera os dispositivos da Lei Municipal nº 1.601, de 30 de Abril de 2004.

Belo Jardim, 28 de agosto de 2013.

  
Jeilson Barbosa Pereira  
Servidor efetivo da Mat. 71.472

Procuradoria Municipal



**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E  
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00453/2014)**



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO GU ALBERTO COMBE GOMES, SEBASTIAO CORDEIRO DE CARVALHO FILHO  
Acesse em: <https://stce.pe.gov.br/epd/validaDoc.seam> Código do documento: d5ebd59c-a657-47cc-ad8c-fab29ebbf186

**DEVEDOR**

**Ente Federativo/UF:** Belo Jardim/PE  
**Endereço:** Rua Siqueira Campos, nº 20  
**Bairro:** Centro  
**Telefone:** (081) 3726-8711  
**E-mail:** silviabezerra@hotmail.com  
**Representante legal:** João Mendonça Bezerra Jatobá  
**CPF:** 430.668.284-68  
**Cargo:** Prefeito  
**E-mail:** silviabezerra@hotmail.com

**CNPJ:** 10.260.222/0001-05  
**CEP:** 55150-000  
**Fax:** (081) 3726-8711

**Complemento:** Prefeito Municipal  
**Data Início da gestão:** 01/01/2013

**CREDOR**

**Unidade Gestora:** Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim  
**Endereço:** Rua Quitéria Neves, nº 006  
**Bairro:** Centro  
**Telefone:** (081) 3726-6370  
**E-mail:** silviabezerra@hotmail.com  
**Representante legal:** Sílvia Renata Nascimento Bezerra  
**CPF:** 030.631.174-71  
**Cargo:** Gestor  
**E-mail:** silviabezerra@hotmail.com

**CNPJ:** 05.782.177/0001-00  
**CEP:** 55150-010  
**Fax:** (081) 3726-6370

**Complemento:** Diretora Presidente  
**Data Início da gestão:** 01/01/2013

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº Lei Municipal nº 2.039 de 28 de agosto de 2013 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

**Cláusula Primeira - DO OBJETO**

O Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Belo Jardim da quantia de R\$ 50.641,68 (cinquenta mil e seiscentos e quarenta e um reais e sessenta e oito centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal (240 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 07/2007 a 07/2009, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Belo Jardim confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

**Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO**

O montante de R\$ 50.641,68 (cinquenta mil e seiscentos e quarenta e um reais e sessenta e oito centavos), será pago em 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 211,01 (duzentos e onze reais e um centavo) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 211,01 (duzentos e onze reais e um centavo), vencerá em 10/06/2014 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

**Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES**

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei nº Lei Municipal nº 2.039 de 28 de agosto de 2013.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.